

Ivonete da Silva LOPES

Universidade Federal Fluminense – Niterói, Brasil

Em busca do interesse público no jornalismo

En la búsqueda de lo interés público en el periodismo

In the pursuit of public interest in journalism

Resenha de:

ROTHBERG, Danilo.

Jornalismo público: informação, cidadania e televisão.

São Paulo: Editora Unesp, 2011, 212 p.

ISBN: 978-85-393-0177-5

Recebida em: 01 jul. 2012

Aceita em: 09 dez. 2012

Jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda pela mesma instituição. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).
Contato: ivonetesilvalopes@gmail.com

Todo jornalismo é público? Seria esse o praticado pela radiodifusão pública ou o herdeiro do movimento de jornalismo público, ou cívico, iniciado na década de 1990 nos Estados Unidos com o intuito de aproximar-se da comunidade e simultaneamente estimular o seu engajamento social? Danilo Rothberg, na obra “Jornalismo público: informação, cidadania e televisão”, resultado da pesquisa de pós-doutorado em Ciências Sociais na Open University, constrói um percurso teórico sobre jornalismo público, revisa as teorias das notícias e da imprensa e analisa como na prática uma das mais conceituadas redes públicas de televisão, a British Broadcasting Corporation –BBC, busca atender ao interesse coletivo nos seus informativos.

Para Rothberg, o público não é uma característica intrínseca do jornalismo mas algo que precisa ser construído para torná-lo disponível e aberto à sociedade, como um mecanismo capaz de contribuir para o fortalecimento da cidadania e democracia. Sendo assim, pode-se inferir que o jornalismo pode se tornar público, no âmbito do sistema público de radiodifusão, aqui entendido não apenas como as empresas estatais, como também as emissoras exploradas pela iniciativa privada desde que os meios de comunicação adotem a pluralidade e o equilíbrio como valores editoriais.

Na parte inicial do livro, é traçado um paralelo sobre o funcionamento do sistema de comunicação britânico e o brasileiro, dando ênfase ao papel do Estado no estabelecimento de regras para assegurar o interesse público¹ no mercado de comunicação. Enquanto no Reino Unido existe um guia de conduta e mecanismos de fiscalização definindo a responsabilidade social e política das emissoras, no Brasil os radiodifusores se veem, erroneamente, como proprietários da concessão pública que está sujeita à exploração comercial com o mínimo de regras. Sustenta o autor que nos “regimes democráticos o Estado deva definir os critérios de outorga em nome do interesse coletivo, verificando quais solicitantes podem melhor atendê-lo” (ROTHBERG, 2011: 23).

Ao apresentar o serviço público de radiodifusão britânico (formado pela emissora BBC e pelos canais comerciais ITV – Independent Television, Channel4 e Channel Five), Rothberg mostra como pode ser garantido o pluralismo na programação do sistema midiático. As regras visam atender ao interesse coletivo; o Estado arbitra desde cotas na grade de programação de acordo com gêneros televisivos, origem da produção que deve contemplar as várias regiões/nações que integram o Reino Unido, da

¹ Interesse público é definido pelo autor como “o interesse no desenvolvimento de uma sociedade nacional como um todo, na forma de distribuição generalizada de bem-estar” (p.198).

mesma forma como assegura que uma parte da grade deve ser constituída por produções independentes. A inserção de publicidade indireta na programação, o merchandising, não é permitida. Da mesma forma como é vedado o patrocínio aos noticiários e programas de atualidades. Com esses exemplos, é possível traçar um comparativo com a realidade brasileira caracterizada pela fragilidade da regulação do setor e a omissão do Estado que permite aos concessionários permanecerem “livres da obediência a qualquer processo forma de avaliação de sua performance e responsabilidade diante do público” (ROTHBERG, 2011: 47).

As teorias da notícia e do jornalismo são trazidas pelo autor para refletir sobre o papel do jornalista e sua contribuição social com tratamento equilibrado e plural da informação. O pluralismo é definido por Rothberg como “o tratamento compreensivo de causas, consequências e da diversidade de fatores que concretamente influenciam a definição e a implementação de políticas públicas” (ROTHBERG, 2011: 64). Essa característica pode ser encontrada com o enquadramento temático das notícias que supera a superficialidade e a fragmentação encontrados em outros enquadramentos, como o de jogo e conflito, comuns na cobertura política na qual se salienta a disputa, os bastidores da política, sem contextualizar e refletir sobre as consequências de tal ação na vida dos cidadãos.

O caminho rumo à pluralidade é um desafio ao jornalismo. Segundo Rothberg, não se deve confundir pluralidade com objetividade, conceito que contém diversos problemas por contemplar a ideia que ser objetivo é reduzir as incertezas para se chegar à verdade. Já a pluralidade é considerada como necessária para o aperfeiçoamento do jornalismo, contudo não se trata de ouvir as várias versões conforme o senso comum do jornalismo. “O equilíbrio entre visões não nasce por acaso. [...] É preciso que haja um sólido compromisso institucional com o pluralismo, além do emprego de técnicas apuradas e assumidamente dirigidas a obtê-lo” (ROTHBERG, 2011: 107).

A partir da análise de 45 edições de cada um dos noticiários Ten O'clock e Newsnight, ambos veiculados pelos canais BBC1 e BBC2, foram escolhidas 21 matérias como exemplos da prática da pluralidade. Nelas o pluralismo se manifesta pelo planejamento da abordagem sob vários aspectos; as fontes não foram tomadas como neutras, mas oposições divergentes foram analisadas e escolhidas antecipadamente para a exposição do contraditório, e as conexões realizadas pelos jornalistas ofereceram ao público uma visão contextualizada do fato apresentado.

Na parte final do livro, Rothberg traz um relevante debate sobre jornalismo público ou cívico. Salaria que os princípios de equilíbrio e pluralidade não estão ligados diretamente aos seus objetivos. Reconhece como mérito do jornalismo cívico o estímulo à participação da comunidade para resolução de problemas e por repensar o papel do jornalismo, no entanto “os grupos de discussão propostos pelo jornalismo público [cívico] apaziguam conflitos e mais tendem a esconder a preponderância dos interesses das elites” (ROTHBERG, 2011: 180), além do relacionamento entre imprensa e comunidade manter-se sob a liderança dos jornalistas, o que não altera, assim como no jornalismo tradicional, a autoridade do profissional sob os integrantes comunitários. Defende o autor que uma cobertura mais séria e aprofundada, levando em conta o pluralismo e equilíbrio, é possível também no jornalismo tradicional com a adoção do enquadramento temático.

Na análise feita sobre a cobertura da BBC, não causa surpresa que os informativos priorizem uma cobertura contextualizada e adotem a pluralidade como valor, afinal tratar-se de uma emissora pública inserida em contexto social com regras definidas e onde as emissoras são avaliadas constantemente pela sociedade. Mas será possível essa práxis em meios de comunicação comerciais? O autor argumenta que sim, e que a busca pelo lucro não é necessariamente incompatível com o jornalismo de interesse público. Será? Em um mercado cada vez mais competitivo como o brasileiro, em que a regulação é anacrônica, marcado pela busca é desenfreada pela audiência, penso que dificilmente exista a preocupação das emissoras em repensar o jornalismo e investir no seu potencial para ampliação da cidadania.